

Confisco fatal

MENDES RIBEIRO

O vestibular nas escolas públicas deveria começar pelo estudo da situação sócio-econômica do pretendente à vaga. Sem tal ponto de partida, a seleção para as universidades é revoltantemente injusta, desigual, sem nenhum sentido de redistribuição e sem o mínimo interesse em propiciar alguma chance ao menos favorecido.

Nas faculdades mantidas pelo Estado, onde o ensino deve ser gratuito, os estacionamento estão lotados de carros zero quilômetro. Quem frequenta os restaurantes altamente subsidiados teria, de sobra, como pagar, normalmente, suas refeições. E a média de alunos faltosos diz bem do desinteresse de quem, tendo dinheiro, estuda graciosamente.

O contraponto está na superlotação dos coletivos servindo às estruturas particulares. Na assiduidade de alunos exauridos pelo trabalho diurno na busca do sustento das famílias e da instrução (dever primário da coisa pública) e no sofrimento dos cursos sonhados, interrompidos ou abandonados ante a irremediável falta de

recursos e a total incapacidade do Estado para cumprir, de forma mínima, sua razão de ser.

A igualdade do direito de acesso manifestado na Carta brasileira é utópica e, de igual maneira, a competição estabelecendo a maior ou menor competência é outra ilusão. Dois gênios serão desnivelados se um possuir melhor contexto. E nem Pelé resistiria ao confronto com um medíocre, se o último se apresentasse bem treinado, tranquilo, bem alimentado, contando com todas as circunstâncias favoráveis, enquanto o opositor iniciasse a pretendida prova sem alimentação, no limite de suas forças e atormentado pelo seu minuto seguinte e pela insegurança do amanhã de seus afetos.

Esta é a realidade brasileira, onde, como se o quadro não fosse suficientemente tóxico — e, é — torna-se cada vez mais numeroso o contingente de estudantes profissionais, braços de partidos políticos e ou organizações sindicais, fazendo dos bancos escolares palanques onde se prega o caos por melhor remédio. Aliás, nas câtedras, também se encontram tais tipos misturando, de forma lamentável, a falsa e viciada dou-

trinação político-partidária com o ensino que acaba em segundo plano.

Grifa, finalmente, a anarquia em que se transformou o ensino público no Brasil, o estado lamentável das salas de aula, a precariedade dos recursos, e o crescimento vertiginoso, na esteira de tudo o que foi pintado nas instituições particulares fazendo a proliferação de cursos de supostas novas especializações e, literalmente, arrancando a alma de quem se vê triturado pela ganância de quem fez de tão nobre missão, a de ensinar, uma das maiores e mais rentáveis indústrias deste país.

Consola e dá esperanças, fundadas esperanças, a forma corajosa pela qual o ministro Carlos Alberto Chiarelli tem enfrentado o assunto. Não poderá, de uma hora para outra, receber o caos e devolver o paraíso. Mas, sem sombra de dúvida, está na trilha certa e, aposto, evitará o confisco fatal que, ano após ano, vem sendo feito (ou vinha?) sobre a juventude de nossa terra.

Mendes Ribeiro é jornalista e deputado federal pelo Rio Grande do Sul